

## Saúde Pública na Bahia: Um Dilema para a Faculdade de Medicina da Bahia no Segundo Império do Brasil

Adailton Ferreira dos Santos

Márcia H. M. Ferraz

### Resumo

*A Província da Bahia, na segunda metade do século XIX, tinha uma economia próspera e incentivava o desenvolvimento do comércio, dos setores do trabalho e o aumento da população. Por outro lado, no setor de saúde pública surgem epidemias e a Faculdade de Medicina da Bahia procurou enfrentar a situação. Com o avanço da crise e o declínio da economia devido ao falecimento de muitos trabalhadores, o governo manda publicar o primeiro Regulamento de Higiene Pública do Brasil. Também manda fazer Reformas no Ensino que trazem importantes modificações para a Faculdade e, ainda, sustentado na teoria dos miasmas, determina que se adotem medidas como sequestros e quarentenas para combater as epidemias. Assim, surgem debates entre médicos e professores e insatisfações entre os comerciantes. Por conseguinte, considerando a precariedade da saúde pública, os resultados obtidos com as medidas adotadas foram bastante modestos e, assim, se fazia necessário outro tipo de política que levasse a mudanças mais significativas e melhoria de vida da população. Para este estudo consideramos as discussões atuais para história das ciência e investigamos a legislação, relatórios oficiais e teses doutorais da Faculdade da Bahia, da época, procurando compor um quadro dos problemas e das ações visando a sua solução.*

**Palavras-chave:** *História da Ciência, Saúde Pública, Faculdade de Medicina, Brasil Império, Bahia.*

### Abstract

*The Province of Bahia, in the latter half of the nineteenth century, had a thriving economy and encouraged the development of trade, sector job and increasing population. On the other hand, in the public health sector epidemics arise, and the Bahia Medicine College attempt to tackle the situation. With the advancement of the crisis and the decline of the economy due to the death of many workers, the government orders to publish the first Regulation of Brazil Public Hygiene. It also orders to Educational Reform that bring important changes to the College, and yet sustained in the miasma theory it determines that the adoption of measures like kidnappings and quarantines to combat epidemics. It also sends to educational reform. So, the debates arise between physicians and teachers, and dissatisfactions among traders. Thus, given the precariousness of public health, the results obtained with the measures adopted were quite modest and thus was needed another kind of policy which would lead to more significant changes and improvement of people's lives. For this study we consider the current discussions to the history of science, and we investigated*

*the legislation, official reports and doctoral theses of Bahia College, at the time, look for to compose a framework of the problems and of the actions seeking its solution.*

**Keywords:** *History of Science, Public Health, Medicine College, Brazil Empire, Bahia*

### **BAHIA DE TODOS OS SANTOS, DO COMÉRCIO E, TAMBÉM, DAS ENFERMIDADES**

A Província da Bahia de Todos os Santos, no período da segunda metade do século XIX, era considerada uma região próspera e de comércio vigoroso do Brasil Império; e contava com cerca de “1.379,616 habitantes, na maioria, negros e escravos, além de índios, migrantes portugueses e outros estrangeiros”<sup>1</sup>. Com a política empreendida pelo Imperador D. Pedro II, para o desenvolvimento do país, surgiram transformações econômicas e sociais, assim como crises na “saúde pública”<sup>2</sup>.

No setor do comércio, ampliaram-se os investimentos com o aumento das lojas<sup>3</sup> e de novas “casas bancárias”<sup>4</sup>, de “indústrias e seus derivados”<sup>5</sup>. Também, fundaram-se as “companhias de iluminação e de transportes público”<sup>6</sup>. Foram construídos portos e implantadas medidas econômicas como a política de exportação, designadamente de gêneros alimentícios, e de importação de produtos para todos os setores, além de bens e serviços impulsionados pelo “Codigo do Comercio Maritimo do Imperio”<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> IBGE. Censo Demográfico para a Província da Bahia de 1872. Tabela 1. Embora tenham ocorrido vários recenseamentos anteriormente, tomam-se geralmente como referência, para a segunda metade do século XIX, este do ano 1872, devido aos critérios adotados pelo governo na época para contagem da população e por ser realizado em todo país.

<sup>2</sup> Esclarecemos que o termo saúde pública já era usado nesse período conforme se observa em títulos de leis e documentos da época.

<sup>3</sup> Cf. Tavares. *História da Bahia*. (Salvador: EDUFBA/UNESO, 1981), 150.

<sup>4</sup> Estatutos do Banco da Bahia, 1850, in Decreto Imperial Nº. 2.140 de 1858 (Arquivo Público da Bahia).

<sup>5</sup> Tais como azeite de baleia, principal item da pauta de exportação, mas também de açúcar, charutos etc. Documentos (Manuscritos) Indústria no século XIX, na Bahia.

<sup>6</sup> Acervo Histórico da Companhia da Bahia Light, 1995 e Lei Nº. 641 de 26 de julho de 1852, que permitiu a exploração destes tipos de transportes no país.

<sup>7</sup> Esta citação encontra-se de acordo com o documento original. Doravante, as citações de leis, frases e textos, serão apresentadas conforme a forma original.

Dada à política de governo, a cidade de Salvador recebeu trabalhadores e ex-escravos da zona rural que chegavam em busca de empregos e de moradias. Além do mais, desembarcavam nos portos, em dias de grandes movimentos, comerciantes estrangeiros e brasileiros, tripulantes e viajantes vindos de toda parte do mundo. Entre os desembarcados, muitos eram imigrantes, vindos em grande parte de Portugal e subsidiados pelo governo brasileiro<sup>8</sup>. Era incessante o fluxo e refluxo de centenas de embarcações mercantes e, também, de navios de guerra que vinham abastecer<sup>9</sup>. Logo, era grande a movimentação econômica que atraía investidores, trabalhadores e imigrantes para essas terras, o que intensificava as transformações sociais na Província da Bahia.

As transformações trouxeram modificações ao cotidiano da cidade de Salvador. Houve o aumento da população, surgiram aglomerações e, também, aumentaram as patologias, muitas delas consideradas como desconhecidas. Tais patologias trouxeram grandes problemas para a sociedade, para a economia e, sobretudo, requeriam maior atenção dos médicos e, assim, aumentavam as preocupações da Faculdade de Medicina da Bahia. Dando prosseguimento à abordagem empreendida, na sequência, discutiremos, de maneira mais detalhada, como se encontrava a saúde pública na região baiana.

### **A BELA CIDADE DE SÃO SALVADOR E DOS PROBLEMAS DE HIGIENE PÚBLICA**

No advento do ano de 1850, ao entrarem na Cidade de Salvador, pelo admirável mar verde da Baía de Todos os Santos, comerciantes e viajantes europeus deviam ter uma belíssima visão da cidade, conforme nos noticia um dos documentos da época, no exemplo a seguir:

Era uma paisagem deslumbrante, de ar puro, com chão vermelho e árvores tropicais que contrasta ao fundo com o azul do céu, além

---

<sup>8</sup> Primeiro Inquerito sobre a Emigração Portuguesa 1850, p.4 e Santos. Conexão do Sanitarismo Moderno, 2010, 109.

<sup>9</sup> FALLA recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia, Província da Bahia, 1868.

de casario batido pelo sol no alto da montanha, na entrada de uma das mais bonitas baías do mundo [de águas verdes]<sup>10</sup>.

No entanto, essa visão é logo esquecida à medida que comerciantes e viajantes adentravam à cidade de “Salvador, composta por 129.109 habitantes”<sup>11</sup> e se defrontavam com outra realidade. Ao ‘correr das cortinas’ surgiram, assim, as péssimas condições de higiene e de salubridade e revelaram-se as doenças, as epidemias e as más condições de vida da população: maltrapilhos ex-escravos, restos de animais e sujeira perto da maré mansa faziam com que os viajantes modificassem a primeira e magnífica impressão obtida desde o mar<sup>12</sup>.

Por outro lado, para os viajantes que desta cidade se avizinhavam, vindos do interior por terra, nada, ao seu redor, era agradável à visão.

Não recebiam o impacto alegre das casas pintadas de branco, banhadas pelo mar, no sapé da elevação maior, onde fora levantada a cidade, nem podiam erguer a vista para observar a vibrante ‘Cidade Alta’. Ao contrário, já entravam diretamente em contato com a realidade<sup>13</sup>.

Corroborando com esta posição, identifica-se o relato de uma das testemunhas desse cenário que, ao entrar na cidade de Salvador a cavalo após três dias de viagem vinda do interior com sua família, dizia:

---

<sup>10</sup> Cf. Graham, *Diário de uma Viagem*. (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956), 3-24 ou Habsburg, *Esboço de Viagem*. (Salvador: FCEB/UFBA, 1982), 9-22 e também Almagro, *Breve Descripción de los Viajes por La Comisión Científica* (Madrid: Ministerio de Fomento, Imprenta y Esteriotipia de M. Rivandenyra, 1866), 2-13. Impressões como esta podem ser encontradas em documentos escritos pelos vários viajantes que passaram por essas terras. Entretanto, é indispensável ressaltar que, embora esses tipos de documentos sejam reconhecidamente importantes por descreverem um período da história do Brasil Imperial, ainda, assim, merecem uma cuidadosa atenção e uma análise pormenorizada e criteriosa das informações neles contidas, sejam por possíveis exageros ou omissões cometidas por seus autores. De toda forma, muitos são os que falam das maravilhas da paisagem desta cidade e podem nos servir para ter uma ideia do que, de fato, sentiam ao chegar.

<sup>11</sup> IBGE. *Op cit.*, Tabela I.

<sup>12</sup> Nascimento. *Op cit.*, 35.

<sup>13</sup> A cidade de Salvador tem uma topografia irregular, partes altas e baixas, e encontra-se localizada entre o mar e montanhas. A parte da cidade, ao pé das montanhas, habituou-se chamá-la de Cidade Baixa. As ladeiras e também (o elevador Lacerda, a partir do ano de 1873), fazem a ligação à parte alta, chamada de Cidade Alta. *Ibid.* 33.

Meu tio morava no Largo do Pelourinho. Não sei o nome das ruas percorridas da Lapinha até ali, recordo, porém a decepção que sofri à vista de casas enegrecidas, ruas tortuosas percorridas pelos moleques esfarrapados ou sujos, negros maltrapilhos. A luz mortíça dos lampiões de azeite de peixe tornava ainda mais tristonho o aspecto da cidade [...] <sup>14</sup>.

Assim, as percepções sobre a cidade de Salvador podiam ser muito diferentes. Para aqueles que vinham a cavalo das diversas regiões do interior da Província, não tinha nada de belo nem de poético no cenário, muito pelo contrário, tudo parecia um horror. Posição, portanto, bem distinta daqueles que chegavam pelo mar. De toda forma, após o primeiro impacto, todos acabavam por concordar com as muitas dificuldades por que passava o povo nesta cidade.

Nesse cenário de insalubridade e de enfermidades, “rara seria a pessoa que chegando à capital, vinda do interior, ou mesmo do recôncavo, que não fosse logo contaminada por alguma doença ou, então, fosse acometida pelo mal amarelo”, como, aliás, aconteceu com a nossa testemunha que se encontrava em Salvador, pela primeira vez, para assistir aos festejos da Semana Santa <sup>15</sup>. Ela mesma se queixava, dando testemunho dos problemas que havia visualizado logo à na chegada:

À tarde experimentei certo mal estar, e à noite tive febre alta e delírio. Meu tio chamou minha mãe e disse temer ser febre amarela, que havia alguns casos na cidade. Antes minha mãe aparecera com febre <sup>16</sup>.

Ela, ainda, procedia com sua reclamação fazendo tal ajuizamento: “Era o tributo pago por todos aqueles que vinham pela primeira vez à cidade” de Salvador <sup>17</sup>. Os festejos do calendário religioso, particularmente

---

<sup>14</sup> Cf. Bittencourt. Memória Manuscrita, 27.

<sup>15</sup> Ibid.

<sup>16</sup> Ibid., 29.

<sup>17</sup> Ibid.

o da Semana Santa e a comemoração do Dois de Julho, dia da Independência da Bahia, eram grandiosos e atraíam muita gente<sup>18</sup>.

Nas ocasiões desses festejos, a população de Salvador aumentava consideravelmente. Além de as pessoas que residiam na cidade, nas dez freguesias ou paróquias que compunham a zona urbana, chegavam muitas famílias do interior, moradores da zona rural e do Recôncavo e, somam Somavam-se, ainda, à população as autoridades, políticos, religiosos e outros convidados de toda parte do país e, também, estrangeiros para participarem das solenidades<sup>19</sup>.

Dessa maneira, extraordinariamente, multiplicava-se a quantidade de pessoas espalhadas na velha Salvador. Eram muitas as aglomerações e os burburinhos de pessoas e, com o “terrível calor, podia ser sentido o odor desagradável das ruas, do porto, das casas e das igrejas em Salvador”<sup>20</sup>.

E, ainda, encontrava-se nesse cenário a complexa conformação geográfica das freguesias formadas por ruas tortuosas, ladeiras, becos, vielas, ruas, avenidas e construções indevidamente plantadas em lugares insalubres, próximas de riachos e da maré, além de casas e prédios fechados e/ou abandonados<sup>21</sup>.

Condições privilegiadas ‘naturalmente’ para os chamados ‘miasmas’, ou seja, para o surgimento, o desenvolvimento e a propagação de diferentes enfermidades que vitimavam a população. Defendiam estas ideias grande parte dos médicos, as instituições oficiais e, sobretudo, a Faculdade de Medicina da Bahia em um dos estudos da época intitulado *These Doutoral Policia Medica de 1852*<sup>22</sup>.

---

<sup>18</sup> Cf. Tavares, 25.

<sup>19</sup> Cf. IBGE. *Op, cit.* Formavam a zona urbana as seguintes paróquias: Sé ou São Salvador, Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora da Conceição da Praia, Santo Antonio Além do Carmo, São Pedro Velho, Santana do Sacramento, Santíssimo Sacramento da Rua do Passo, Nossa Senhora de Brotas, Santíssimo Sacramento do Pilar e Nossa Senhora da Penha.

<sup>20</sup> Cf. Graham, 13.

<sup>21</sup> *These Doutoral Policia Medica*. Manuel José de Freitas, 1852 e Relatório do Consulado de Portugal, Anno 1850, 34.

<sup>22</sup> *Ibid.* Além de outros documentos como Relatório da Policia Medica da Provincia da Bahia (1852-1856), Anno de 1856, que também mostraram a predominância destas ideias no Brasil Império.

A *These Doutoral*, supracitada, além de outros documentos e legislações que apontaremos na sequência, retratava o pensamento predominante de ciência no país. Por sinal, bastante discutido entre os médicos e professores da Faculdade de Medicina da Bahia e, também, no âmbito do governo. Corroborando com tal maneira de pensar, foram adotadas muitas medidas pelos seguimentos do governo para evitar as doenças. A Câmara Municipal de Salvador, por exemplo, mandou publicar a subsequente resolução: Ninguém poderá ter, dentro da Cidade, terreno desocupado ou casa desabitada sem que as conserve fechadas e bem limpas (Livro de Postura Municipal, 1829-1859)<sup>23</sup>.

Contudo, embora as autoridades estivessem preocupadas com a difícil situação da saúde pública e adotado medidas para combater as doenças, tudo levava a crer que a população praticamente não tinha assistência, sobretudo nos lugares mais distantes da capital. Existia apenas o 'Conselho de Salubridade Pública da Província da Bahia', órgão de saúde que devia atender a toda região baiana - capital, recôncavo e interior - contando, para isso, somente com alguns médicos, farmacêuticos, cirurgiões e pessoas versadas em ciências físicas e naturais<sup>24</sup>.

Além do mais, é importante que se diga ainda que este órgão de saúde pública não podia exercer de forma eficiente as funções que lhe eram atribuídas, em face dos muitos entraves que o circundavam na época. Tratava-se de problemas políticos, insuficiência de verbas, carência de profissionais, tornando ainda mais aguda a situação diante das péssimas condições de salubridade e da falta de higiene em toda parte das cidades<sup>25</sup>.

Na cidade de Salvador era enorme a movimentação de embarcações nos portos e crescia muito rapidamente a circulação de

---

<sup>23</sup> Camara Municipal de Salvador, Anno 1859, 21.

<sup>24</sup> Este órgão de saúde foi criado pela Lei Provincial de 1838, pelo Presidente da Província da Bahia, mas, devido a vários fatores da época, só iniciou suas atividades rotineiras a partir de 15 de fevereiro de 1840.

<sup>25</sup> Ibid.

peças na região. Assim, surgiram aglomerações de trabalhadores no comércio e na indústria e multiplicavam-se as péssimas condições de moradia da população pobre, sobretudo, dos ex-escravos. Além do mais, apareciam novas 'doenças de origens europeias que os imigrantes traziam consigo, além das que foram adquiridas na viagem ou ainda contraídas após sua chegada' nessas terras<sup>26</sup>.

Assim, a situação mostrava-se bastante complexa, aumentando ainda mais as preocupações da Faculdade de Medicina da Bahia e também dos governos, o que levava a providências para a urbanização e higiene das cidades. Em "Salvador, são construídos cemitérios e prédios públicos, realizadas benfeitorias nas ruas e praças e criados serviços de água e de iluminação"<sup>27</sup>. Porém, levando-se em conta a política de governo na época, certamente, essas modificações ocorreram apenas em localidades e ruas específicas, aquelas localizadas próximas aos prédios públicos, igrejas e aos grandes comerciantes.

Por sua vez, o desenvolvimento e as mudanças contribuíram tanto para o avanço social e econômico da região baiana quanto para o avanço do cenário patológico, influenciado pelo novo tecido social. Com isso, pôde-se notar o aumento, tanto na capital, Salvador, como nas cidades do recôncavo e do interior, das enfermidades que levaram a óbitos muitos trabalhadores e contribuíram para a desestrutura do setor da economia sustentada pela mão de obra escrava.

As patologias trouxeram grandes problemas para a sociedade baiana, especialmente para o campo das ciências médicas. Também, fizeram surgir sérios conflitos no meio científico do período Brasil Imperial, pois não havia consenso nem sobre as causas nem sobre as terapias para cura das doenças.

Assim, podemos dizer que as políticas adotadas pelos governos para os setores de saúde pública e das ciências médicas se revelaram muito modestas e que foram poucos os investimentos feitos nestes setores

---

<sup>26</sup> Relatório do Hospital Mont-Serrat – 1843-1885.

<sup>27</sup> Cf. Tavares, 2001, 273.

para trazer melhorias à saúde pública se compararmos com os investimentos e avanços no setor do comércio. Deste modo, a população da Província da Bahia convive, em curto prazo, com algumas das epidemias e na Faculdade de Medicina surgiram conflitos como veremos a seguir.

### **A FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA E A LIDA CONTRA AS EPIDEMIAS**

No decurso da segunda metade dos anos oitocentos, a Faculdade de Medicina da Bahia enfrentava muitos problemas. A Província da Bahia era assolada pelo reaparecimento de antigas doenças que se acreditava já terem sido desaparecidas do nosso meio. A população, então, passou a viver com medo.

Entre os anos de 1849 e 1850, vê-se a febre amarela atacar a população baiana como informa a *These Doutoral A Febre Amarella ou Epidemia Reinante* – Faculdade de Medicina da Bahia, além de outros documentos que serão arrolados<sup>28</sup>.

Em toda parte se convivia com os enfermos e os sepultamentos das vítimas da febre amarela que, vorazmente, atingia milhares de pessoas sem distinguir ninguém, comerciantes, imigrantes, escravos ou gente do clero e do governo. Assim, também, golpeava a economia baiana<sup>29</sup> de modo que todos, governo, corporações política e social e a população, esperavam que a Faculdade de Medicina da Bahia encontrasse com brevidade uma solução.

Com o agravamento da situação e avanço da epidemia para outras regiões do país, aumentaram-se as “discussões no cenário científico, seja na Faculdade de Medicina da Bahia, seja na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ou, ainda, na Academia Imperial de Medicina, sobre a

---

<sup>28</sup> These Doutoral. A Febre Amarella ou Epidemia Reinante em 1849 e 1850. Francisco José da Costa e Abreo, de 1850.

<sup>29</sup> Ibid.

necessidade de o governo criar medidas para combater as epidemias com um Regulamento de Higiene Pública para o Império do Brasil”<sup>30</sup>.

Na Faculdade de Medicina da Bahia, tomaram-se providências. Realizaram-se reuniões sucessivamente com os órgãos de saúde, com as autoridades locais e outros interessados para discutir a situação. Em particular, na Bahia, as condições dos hospitais eram as piores possíveis, ou como diziam os médicos: “Essas casas de saúde são lugares de insalubridades e de disseminação de doenças”<sup>31</sup>.

Dessa forma, a população necessitava de uma atuação mais eficaz do governo no setor de serviços públicos de saúde. A ciência parecia ser a grande aliada para a melhoria da situação. No entanto, a Faculdade de Medicina da Bahia ainda aguardava pelo estabelecimento de antigas medidas, datadas da década de 1830 que, por sua vez, poderiam levar a mudanças no âmbito da saúde pública no Brasil<sup>32</sup>, mas ficaram esquecidas nas gavetas pelos governantes.

Diante da difícil situação de saúde pública, aumentaram as reclamações de toda parte e, especialmente, dos médicos. O governo, para atenuar os problemas, mandou publicar provisoriamente a seguinte Lei “Aviso - Regulamento Sanitário das Comissões Paroquiais de Saude Publica de 1850 para conter a Febre Amarella”<sup>33</sup>. Nessa perspectiva, foram criadas as “Comissões Paroquiais de Saude Publica”, que deveriam trabalhar em toda a região baiana sob a autoridade da “Comissão Central de Saude Publica”<sup>34</sup>.

As Comissões Paroquiais de combate à febre amarela tinham entre suas atribuições a identificação de todos os doentes na região e o encaminhamento dos mais necessitados para tratamentos gratuitos em suas próprias residências ou nos hospitais. Além disso, deveriam manter o

---

<sup>30</sup>FALLA de Cruz Jobim. Discurso de resposta de 1850. p. 299, Gazeta Medica da Bahia, Anno de 1866, I, além de outros documentos, também registram tais discussões.

<sup>31</sup> These Doutoral. Algumas Considerações Acerca dos Hospitais. Thomé Affonso Paraiso de Moura, 1852.

<sup>32</sup> Memoria da Faculdade, 1863.

<sup>33</sup>Aviso 10º. do Imperador do Brasil, do anno de 1850. Destacaremos aqui, especialmente, as medidas consideradas mais relevantes para melhor compreensão deste estudo.

<sup>34</sup> Regulamentada pelo Decreto Nº 828 de 1851.

governo informado, semanalmente, da situação e, ainda, eram de sua competência a expedição dos atestados de óbitos e a verificação dos sepultamentos nas igrejas católicas para que se fizesse conforme a lei.

O “Regulamento Sanitario das Comissões Paroquiais de Saude Publica” não parecia estar cumprindo com suas funções, pois provocaram muitos debates no cenário científico do país. Na Faculdade de Medicina da Bahia observava-se uma divisão: para uma parte dos médicos muitas das medidas eram ineficazes; para outra, as medidas eram desastrosas, especialmente para a economia e para o comércio. Ou seja, por razões diferentes, estavam todos igualmente descontentes, pois havia diferentes posições quanto às precauções, origens e curas da febre amarela, assim como de outras doenças.

Nessas circunstâncias, as Comissões Paroquiais, que se encontravam subordinadas à “Comissão Central de Saude Pública”, não tinham autoridade para exercerem muitas das suas funções e, por outro lado, não podiam interferir de nenhum modo nas decisões do governo. As Comissões Paroquiais ainda estavam proibidas de tornar conhecida, para a população, imprensa e aos interessados, a real situação da saúde pública da região<sup>35</sup>.

Tudo isso nos leva a crer que era necessário muito mais que leis, avisos, proibições e determinações oficiais para se ter melhorias na saúde pública. Diante dessas condições, tanto os médicos como as Comissões deveriam se desdobravamr para realizar seus trabalhos, enquanto a Faculdade de Medicina da Bahia buscava uma solução.

De tal maneira que, quando a febre amarela já havia ultrapassado os limites da Província da Bahia e se alastrado também pelas Províncias de Pernambuco, do Pará, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, as autoridades mandaram aplicar as tão criticadas medidas de ‘sequestros e quarentenas’, sobretudo nos portos destas cidades<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> Ibid.

<sup>36</sup> Ibid.

As referidas medidas determinavam que em casos de focos de infecção, por exemplo, de febre amarela, a embarcação e seus tripulantes fossem levados (sequestrados) para alguma ilha afastada da cidade onde ficariam em quarentena, conservando entre si a maior distância possível, além de serem inspecionados pelos médicos e todos os doentes a bordo serem obrigados a recolherem-se nos hospitais que lhes fossem destinados<sup>37</sup>.

Tais medidas governamentais foram especialmente criticadas por todos. Os comerciantes as consideraram como desnecessárias e inadequadas para o país, contribuindo para o enfraquecimento dos negócios políticos e econômicos. Na Faculdade de Medicina da Bahia, mais uma vez, verificavam-se dois grupos distintos: uma parte dos médicos defendia as medidas e outra condenava essa prática de medicina<sup>38</sup>.

As medidas de 'sequestro e quarentena' também estavam fundamentadas nas teorias dos miasmas, como se pode observar, por exemplo, na legislação, a seguir, deste mesmo ano da epidemia, de 1850, que no artigo 14 estabelece as

Providencias para Prevenir e Atalhar o Progresso de Febre-Amarella.- Ficam absolutamente proibidas por ocasião dos enterros as armações que se costumam fazer dentro e fora das casas, *evitando-se assim a impregnação e transporte de miasmas*<sup>39</sup>.

Assim, podemos constatar, novamente, a base teórica das decisões governamentais, com base nas teorias miasmáticas, apoiadas por uma parte dos médicos da Faculdade de Medicina da Bahia e, também, pelas instituições de ciências no país, o que, possivelmente, teria contribuído para os problemas de saúde pública e para os ciclos das epidemias no Brasil, que em alguns momentos eram mais brandas e, em outros, muito mais cruéis. Ressaltamos que, na época, já havia outras maneiras de

---

<sup>37</sup> Ibid.

<sup>38</sup> Gazeta Medica da Bahia, 1866, Número 13.

<sup>39</sup> Lei Nº 556, de 25 de Junho de 1850.

pensar, além de outras práticas médicas fundamentadas em teorias mais modernas<sup>40</sup>.

No decorrer desse período, o Imperador D. Pedro II mandou publicar o primeiro “Regulamento de Hygiene Publica do Imperio do Brasil, em 1854”, legislação tão reclamada pela Faculdade da Bahia e órgãos de saúde pública do país<sup>41</sup>.

A lei tinha como objetivo primordial o estabelecimento de ‘polícia médica’ para as cidades, com a criação de regras sanitárias e de higiene, novos órgãos de saúde, fiscalização nos setores público e privado e inspeção de construções nas cidades e prédios de serviços públicos. Também, determinava a regularização das profissões do campo de saúde e a proibição de costumes antigos da população, como os sepultamentos de seus mortos em igrejas<sup>42</sup>.

Em seguida, o Imperador D. Pedro II, através da publicação de outros Atos, determinou que se fizesse a Reforma do Ensino de 1854, e, simultaneamente, cri o Estatuto das Faculdades de Medicina do Império do Brasil<sup>43</sup>. Tal legislação autorizou a Faculdade de Medicina da Bahia a adotar algumas providências como: contratação de serviços, realização de concursos para professores, compras de equipamentos para os laboratórios e, ainda, de materiais diversos e específicos para o aparelhamento das bibliotecas, dos hortos florestais e dos jardins botânicos, assim como dos hospitais; autorizou, também, a construção de espaços físicos para o desenvolvimento do ensino e de trabalhos científicos. Tudo indica que as instituições em que as ciências naturais tinham lugar de destaque passaram por grandes transformações nesse momento.

---

<sup>40</sup> Como as teorias parasitárias que já eram estudadas no exterior e, também, no Brasil pela Escola Tropicalista Baiana que realizaram trabalhos originais sobre as doenças regionais ou tropicais, como ficaram conhecidas posteriormente. Para maior conhecimento da discussão ver: Santos, Escola Tropicalista Baiana: Registro de uma nova ciência na Gazeta Médica, 2008.

<sup>41</sup> Presidente do Conselho de Ministros, e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, 1854.

<sup>42</sup> Para saber mais sobre ‘polícia médica’ ver: G. Rosen, *Uma Historia de Saúde Publica*. (São Paulo: Editora Unesp/ Hucitec/ Abrasco, 1994).

<sup>43</sup> Estatuto das Faculdades de Medicina do Imperio do Brasil, Decreto Nº. 1.387 de 28 Abril, deste mesmo, ano de 1854.

Em seguida, no ano de 1855, quando tudo parecia prestes a voltar à 'normalidade', a população baiana sofreu outro golpe. Tratava-se do cólera morbo. Com a situação, o Governo Provincial convocou, para uma reunião de urgência, a Faculdade de Medicina da Bahia e, buscando pensar na contenção da moléstia, indagou "se existia fator indicador de uma epidemia de cólera; No caso de afirmativa, convinha insistir nas medidas de sequestro e quarentena; Se atualmente convinha fazer a remoção dos esterquilios"<sup>44</sup>.

Assim, quando a epidemia eclodiu, vitimando mais uma vez "milhares de trabalhadores e escravos"<sup>45</sup>, o governo suspendeu as atividades da Faculdade de Medicina da Bahia, no início de setembro. Professores e alunos foram convocados para participarem das Campanhas de Saúde e das Comissões de Higiene Pública, na capital e no interior, onde a doença havia chegado<sup>46</sup>. A participação nesta frente de trabalho custou a vida de 2 professores e 11 alunos. As atividades acadêmicas só foram retomadas ao fim de novembro, desse mesmo ano de 1855, quando a epidemia abrandou<sup>47</sup>.

De tal modo, transcorreram as ações relativas à Faculdade de Medicina da Bahia no contexto complexo da saúde pública. Nos momentos de maiores crises, o governo, com intuito de amenizar a situação, providenciava reformas do ensino, criava novo Estatuto para as Faculdades de Medicina do Brasil, leis e normas. Medidas que não contribuía para efetivas mudanças no país, considerando-se o tipo de política praticada neste setor público.

Portanto, a população, de modo geral, não dispunha de serviços de saúde pública, ou melhor, apenas na capital de Salvador existiam alguns

---

<sup>44</sup> Relatório sobre Epidemia do Colera, 1885.

<sup>45</sup> These Doutoral. Estatística Medica, Henrique Alvares dos Santos, 1852, p. 2 e Relatório do EmigrantesMinistério, 1850.

<sup>46</sup> Relatório da Policia Medica (1852-1856).

<sup>47</sup> Memória Histórica da Faculdade, 1997.

desses serviços e pouquíssimos eram os médicos, havia um ou outro hospital, como as exauridas Santas Casas de Misericórdia<sup>48</sup>.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corroborando com esta abordagem, a seguir um recorte da *Gazeta Medica da Bahia*, sobre o segundo período imperial:

Reinava[m] ainda na pratica medica [...]: sangrias, diluentes, debilitantes, depletivos, em opposição á pratica dos medicos [...] que recommendava[m] os excitantes, os tónicos, os reconstituintes, [...]<sup>49</sup>.

Prosseguindo, em outra circunstância, é nos apresentado, mais de perto, o quadro da saúde pública e das ciências médicas no país. Desta feita, é possível perceber como membros da Faculdade de Medicina da Bahia, em um discurso sobre a época, se expressavam:

Havia no [...] Brasil pouquíssimos médicos, um número ínfimo de hospitais [...]. Só para termos uma idéia da situação, cabe notar que ainda, na época, era frequente recorrer aos barbeiros para se fazer sangria, tanto na medicina, como na cirurgia<sup>50</sup>.

Assim, os supracitados depoimentos se alinham à discussão proposta neste artigo e mostram a complexa situação da Faculdade de Medicina da Bahia, no contexto controverso da saúde pública na região baiana, entrelaçada às questões de ordem social, política, econômica e cultural.

De toda forma, surgiram importantes mudanças na cidade de Salvador que levaram ao desenvolvimento do comércio, ao crescimento do setor de trabalho e ao aumento da população, mas também aumentaram bastante as patologias, embora o governo tivesse adotado medidas como sequestro e

---

<sup>48</sup> Falla Recitada na Abertura D'Assembleia Legislativa da Bahia, pelo Presidente da Província, 1862, p.19-22.

<sup>49</sup> *Gazeta Medica da Bahia*, XXXVII (7), janeiro de 1907.

<sup>50</sup> Conferência da Faculdade, 1964.

quarentena, criado alguns órgãos de saúde, publicado leis e realizado reformas no ensino.

Considerando as necessidades da região e os poucos investimentos no setor de saúde, pode-se dizer que os resultados obtidos foram modestos, dado o longo tempo de 'abandono' em que se encontravam a saúde pública e, também, as ciências na Bahia.

Compreendemos, ainda, que as medidas implantadas pelo governo - mesmo sendo importantes para o país - por si só não foram suficientes para fazer transformações que levassem, com brevidade, às mudanças necessárias da cruel realidade da região.

Portanto, fazia-se necessário outro tipo de política, que possibilitasse investimentos de curto, médio e de longo prazo para que se alcançassem mudanças significativas na saúde pública e na Faculdade de Medicina da Bahia e, por conseguinte, permitisse melhorias de vida para a população baiana, na segunda metade do Brasil Império

#### **DOCUMENTOS CONSULTADOS:**

Código Comercial Brasileiro. Lei n.º 556, de 25 de Junho de 1850. Biblioteca do Senado, Brasília-DF.

Comissão Central de Higiene Pública, criada Decreto Nº 598 de 14 de Setembro de 1850. Rio de Janeiro.

Comissões de Higiene Pública – 1852-1867. Presidência da Província. Comissões do Governo. Arquivo Público do Estado da Bahia.

Conferência da Faculdade de Medicina da Bahia, Arquivo do Instituto Baiano de Medicina. Sessão do Instituto Bahiano de História da Medicina, 1964, Vol. I, p. 42.

Decreto Nº 828, do Anno de 1851. Regulamentação. Ministerio d'Estado dos Negocios do Imperio, Rio de Janeiro.

Decreto Nº 598, de 14 de setembro do Anno de 1850. Ministerio d'Estado dos Negocios do Imperio, Rio de Janeiro.

Decreto Nº. 1584 de 02 de abril de 1855, Associação Central da Colonização do Rio de Janeiro.

*Diário Oficial do Estado da Bahia*. A Faculdade de Medicina da Bahia. Agenor Bomfim. Edição Especial Comemorativa ao Centenário da Independência da Bahia: Salvador, 1923.

*Discurso sobre as Medidas Sanitárias.* Conde Capelão-mor M. B. C. C. M. (Manoel, Bispo). Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), 23 de abril de 1850. Rio de Janeiro.

Documentos (Manuscritos) sobre Indústria no século XIX, na Bahia. Arquivo Público do Estado da Bahia, 1839-1888.

Estatuto das Faculdades de Medicina do Império do Brasil. Decreto Nº. 1.387 de 28 Abril, 1854. Rio de Janeiro

Estatutos do Banco da Bahia, Decreto Imperial Nº. 2.140 de 1858. Arquivo Público da Bahia.

FALLA do Trono. Discurso de Resposta à Anno de 1850. Câmara dos Deputados. Cruz Jobim. Rio de Janeiro, 1850.

FALLA Recitada na Abertura D'Assembleia Legislativa da Bahia, pelo Presidente da Provincia o Conselheiro Joaquim, Antão Fernandes Leão. (Sobre a Salubridade Publica, Cimitério e Hospital). Bahia, 1862.

*Gazeta Medica da Bahia*, Anno I, 10 de julho, 1866, p.1.

*Gazeta Medica da Bahia*, Anno I, 13 de agosto, 1866.

*Gazeta Medica da Bahia*, XXXVII (7), janeiro de 1907.

*Jornal da Bahia* de 2 maio 1856. Febre Amarella. Biblioteca do Estado da Bahia.

*Jornal À Tarde* de 8 abril (1963). Artigo sobre These Doutoral sobre Positivismo (1844). Biblioteca do Estado da Bahia.

Lei Provincial Nº. 73, de 15 de julho de 1838, criação do Conselho de Salubridade da Provincia da Bahia pelo Presidente da Provincia da Bahia, Anno 1838.

Manuscrito de Relatório Hospital Mont Serrat em 1.º de Outubro de 1853 pelo Vice-Presidente da Provincia da Bahia, Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima. Arquivo Público do Estado da Bahia.

*Memoria Manuscrita.* Bittencourt, Ana R. G. – Doação de D. Olga de Bittencourt B. Cezar, neta da escritora. 1850. Arquivo Público da Bahia.

*Memoria Historica dos Acontecimentos Notaveis da Faculdade de Medicina da Bahia no Anno (1863).* José Antonio de Freitas. Typographia de Tourinho, Bahia, 1863.

*Memoria Historica das Epidemias da Febre-amarela e Cólera Morbu que têm Reinado no Brasil.* J. Pereira Rêgo. Rio de Janeiro, 1871.

*Memoria sobre a Medicina na Bahia.* Antonio Pacifico Pereira. Imprensa Oficial do Estado de Bahia, 1923.

*Memoria Historica da Faculdade de Medicina da Bahia.* Aragão, Gonçalo M. S. Salvador, 1942.

*Memoria Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia (1854-1924).* Marcos Augusto Pessoa Ribeiro. EDUFBA, Salvador, 1997.

Primeiro Inquérito sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados, Imprensa Nacional, Lisboa, 1873.

Providencias para Prevenir e Atalhar o Progresso de Febre-Amarela Ministerio do Imperio. Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Aviso N 1º. 10 do Imperador do Brasil de 14 de fevereiro de 1850. Biblioteca Nacional.

Relatório do Consulado de Portugal sobre a Emigração 34. Portugal, Anno de 1850. Torre do Tombo. Portugal.

Relatorio dos Presidentes das Provincias do Anno de 1850, Apresentado a Assembléia Geral Legislativa, na 3ª. Secessão, da 8ª. Legislatura. Publicado pelo Ministro e Secretário D'Estado dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, 1851.

Relatorio Mapa n.º 14, Hospital Mont-Serrat – 1843-1885 ao Presidente da Província. Arquivo Público do Estado da Bahia.

Relatorio sobre Epidemia do Colera Morbus. In: Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia de 1885. Manuel Joaquim Saraiva. Imprensa Oficial. Salvador, 1885.

Relatorio da Policia Medica (1852-1856). Maco 3139-17, Anno de 1956. Arquivo Público da Bahia.

Reforma do Ensino de 1854. Imperador D. Pedro II. Rio de Janeiro. Biblioteca do Senado, Brasília-DF.

Regulamento de Hygiene Publica do Imperio do Brasil, Anno de 1854. Biblioteca do Senado, Brasília-DF.

Regulamentação da Emigração do Brasil, Artigo 12, da Lei Nº. 840, de 15 de setembro, de 1858. Biblioteca do Senado, Brasília-DF.

Relatorios das Comissões de Saúde Central Imperial (1850 a 1870). Biblioteca do Senado. Brasília-DF.

These Doutoral Epidemias que Reinou de 1849 a 1850 na Cidade da Bahia. Henrique Alvares dos Santos. Faculdade de Medicina da Bahia. Anno de 1850.

These de Doutoral A Febre Amarella ou Epidemia Reinante em 1849 e 1850. Francisco José da Costa e Abreo. Faculdade de Medicina da Bahia. Anno de 1850.

These Doutoral Policia Medica. Manuel José de Freitas, Faculdade de Medicina da Bahia. Typograpia Bahia, Anno de 1852.

#### **SOBRE OS AUTORES:**

Adailton Ferreira dos Santos

Professor adjunto da Universidade do Estado da Bahia, líder do Grupo de Pesquisa em História e Filosofia da Ciência e Ensino de Ciência (GHFEC).

Márcia H. M. Ferraz

Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Ciência da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, líder do Grupo de Estudos sobre a Institucionalização das Ciências

Artigo recebido em 02 de julho de 2013  
Aceito para publicação em 15 de agosto de 2013